

Investimentos em 90

segunda-feira, 28/8/89 □ Economia □ 3

serão reduzidos à metade

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA — Na tentativa de diminuir o déficit da União em 1990, o orçamento que vai para o Congresso esta semana reduziu a zero a parcela de receita fiscal do Tesouro destinada a investimentos. Os recursos que o próximo presidente terá para investir no primeiro ano de governo serão provenientes de emissão de títulos e de receita vinculada, como do salário educação, destinado a projetos educacionais. Por causa desse corte, os US\$ 4,6 bilhões de investimentos previstos para 1990 representam a metade do que foi aplicado em 1989.

O corte dos investimentos foi a alternativa encontrada pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) para cumprir as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que limita a emissão de títulos a 4,4% do PIB — cerca de US\$ 14,5 bilhões. A receita com essa emissão deve ser destinada exclusivamente ao pagamento de encargos da dívida pública, a investimentos, desde que limitados a 10% da receita disponível, e a dívidas de estatais estaduais.

Pacote — Em decorrência das limitações impostas pela LDO, o orçamento aponta para um déficit de 1% do PIB (Produto Interno Bruto) — cerca de US\$ 3,3 bilhões — mesmo depois da redução do volume de investimentos e de um corte de 5% reais (descontada a inflação) nas despesas de todos os ministérios. Esse déficit é proibido pela LDO e, portanto, deverá ser coberto por um pacote de aumento de impostos. O pacote será definido pela Receita Federal e apresentado aos ministros da Fazenda e do Planejamento até amanhã.

O pacote tributário inclui a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas e do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre operações à vista em Bolsa de Valores, além do aumento do Imposto de Renda para os agricultores. Essas alternativas não contam com a simpatia do presidente Sarney, mas mesmo assim, serão ampliadas com a inclusão do aumento de carga tributária sobre as microempresas e sobre o lucro das exportações. É que o próprio ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, determinou a seus auxiliares que fizessem um orçamento que não incluía qualquer déficit

camuflado. A orientação do ministro levou ao corte de investimentos, porque a redução ainda maior das despesas com manutenção é considerada irreal pelos técnicos.

Estatais — O corte de investimentos não atingiu apenas os ministérios e entidades que recebem dotações do Tesouro, mas as próprias estatais, que não mais contarão com verbas da União para investir. O orçamento das empresas estatais deverá ser concluído esta semana e prevê que os investimentos do setor ficarão no mesmo valor deste ano — cerca de 2,77% do PIB ou US\$ 9,1 bilhões — garantidos exclusivamente por receita própria. "Estamos considerando um déficit zero para o próximo ano", avalia o secretário da Sest (Secretaria Especial das Empresas Estatais), Iran Siqueira Lima.

Os repasses do Tesouro Nacional deverão ser substituídos por recursos obtidos com o programa de recuperação de tarifas — reajustes acima da inflação para recompor as perdas resultantes do congelamento —, por captações no mercado de capitais e venda de ativos.

Orçamento de 1990

Receita (% do PIB)	Despesa (% do PIB)
Receita com impostos — 6,0	Pessoal e encargos — 4,4
Contribuições (como Finsocial) — 3,2	Amortizações e Encargos da dívida — 4,5
Outras receitas (basicamente resultado do Banco Central) — 2,4	Transferência a estados e municípios — 2,5
Total Receitas Correntes — 11,6	Contrapartidas (a empréstimos Externos) — 0,1
Receitas de Capital (emissão de títulos) — 4,7	Programação das Operações Oficiais de Crédito — 1,1
Total de Receitas — 16,3	Outras despesas correntes (basicamente manutenção) — 3,2
	Outras Despesas de Capital (principalmente investimentos) — 1,4
	Total de despesas — 17,2
	Déficit — 1% do PIB ou US\$ 3,3 bilhões.